

Ciclo de Conferências Competitividade e Energia

Tema I: Economia e Energia

Pedro Cabral. Diretor Geral de Energia e Geologia

Ordem dos Engenheiros

17 de dezembro de 2013

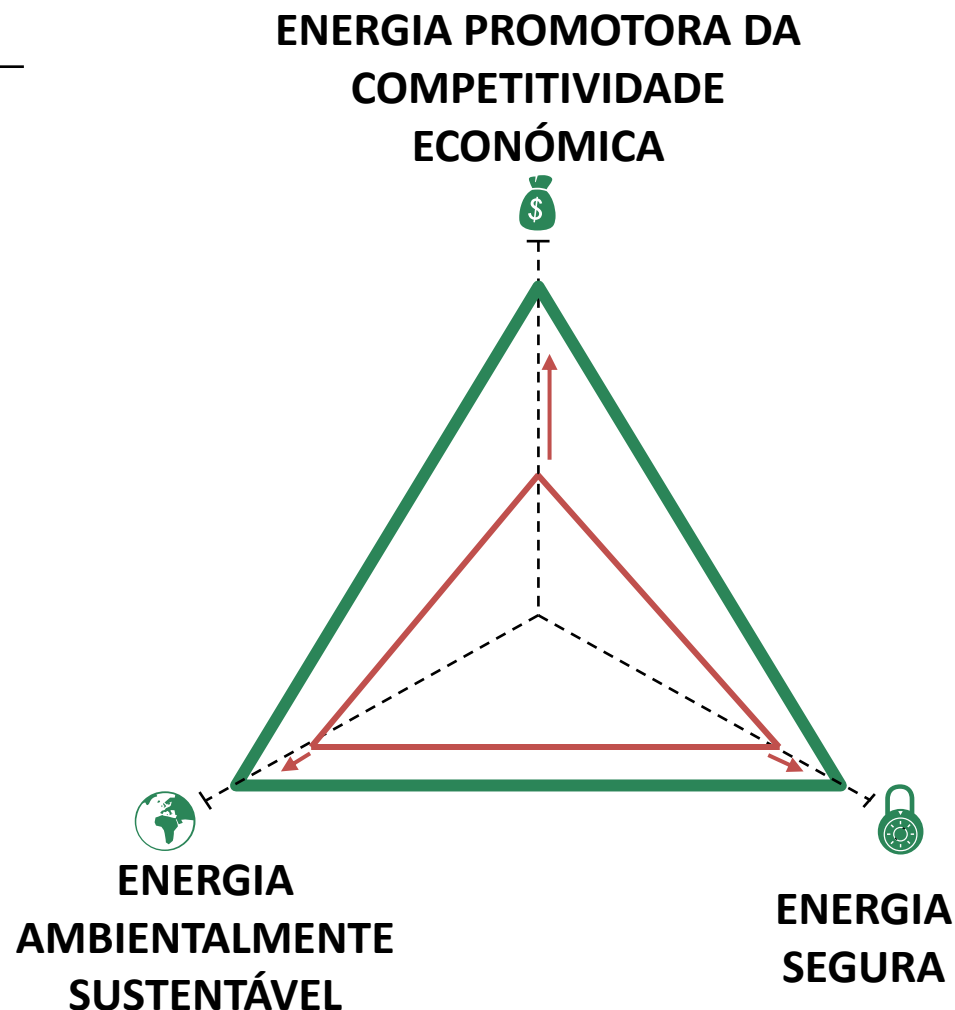
Situação atual é difícil mas têm sido tomadas medidas que visam alcançar a sustentabilidade económica e reduzir os custos com a energia.

- Medidas de redução de custos
- Promoção da concorrência
- Transposição do 3º Pacote da Energia
- Redução da dependência energética (Revisão dos PNAEE + PNAER)

A atual política energética pretende reforçar a competitividade no setor potenciando o equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade.

Principais objetivos a atingir

- Garantir cumprimento das metas europeias para 2020, relativas à sustentabilidade ambiental, e racionalidade económica;
- Alcançar os objetivos de Eficiência Energética definidos pelo Governo, eliminando barreiras e imperfeições de mercado;
- Reduzir a dependência energética e alcançar níveis adequados de segurança de abastecimento;
- Potenciar mercados energéticos liberalizados, competitivos e sustentáveis;
- Garantir sustentabilidade de preços (energia ao serviço das famílias e da economia).



ENERGIA AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL

As metas da UE para 2020 traduzem-se em objetivos concretos para Portugal cujo cumprimento não está comprometido. Adicionalmente, foram adotadas metas que vão além desses objetivos revelando ambição do país no combate as alterações climáticas

Metas para 2020

Metas UE-27

20% Redução do consumo de energia

20% Incorporação de FER no consumo de energia final

20% Redução de gases de efeito de estufa

Metas para Portugal

31% FER no Consumo Final Bruto de Energia⁽¹⁾

10% FER nos Transportes⁽¹⁾

20% Redução do consumo de Energia Primária⁽²⁾

Metas do Governo

Idem

Idem

Idem

25% Redução do Consumo de Energia Primária⁽²⁾⁽³⁾

30% Redução do Consumo no setor do Estado⁽³⁾

2020

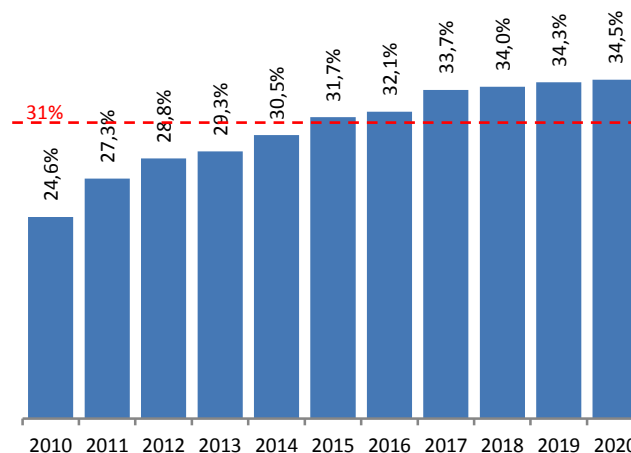
ENERGIA AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL

O novo PNAER foi redefinido em função do cenário atual de excesso de oferta decorrente de uma redução da procura, de forma a adequar e a mitigar os custos inerentes.

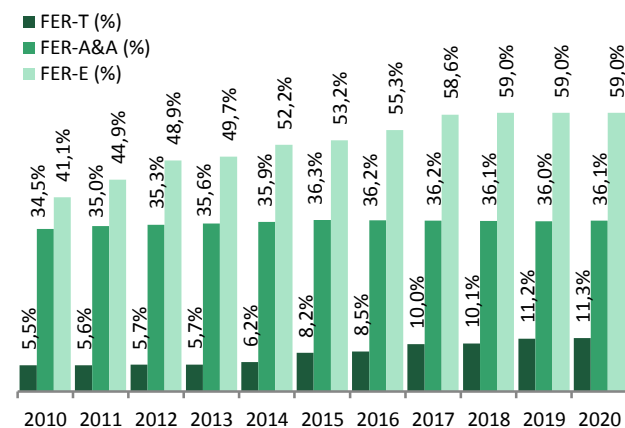
Objetivos do novo PNAER

- Os incentivos a construção, quer em meios de produção baseados em FER, quer também em centrais de ciclo combinado a gás natural, conduziu à formação de um **desequilíbrio entre a capacidade de produção e o consumo de energia**;
- A aposta nas FER não será descontinuada**, sendo redirecionada para as fontes de energia/tecnologias **com maior eficiência económica**;
- Os apoios às FER deverão ser suportados por todos os setores beneficiários (e não apenas pelo consumidor de eletricidade) e ter em conta a maturidade, os custos relativos de cada recurso/tecnologia e o valor acrescentado nacional de cada uma das opções;
- O apoio à I&D será assegurado através dos mecanismos próprios para o efeito (QEC 2014-2020, FAI, FPC, Horizon2020, ...), mitigando o risco tecnológico para os promotores e para os consumidores;
- As metas para a contribuição das FER não devem ser entendidas como limites, mas, ao contrário, como o mínimo necessário**, tendo em conta os princípios de racionalidade económica e adequação entre procura e oferta, para assegurar o cumprimento das metas com as quais Portugal está comprometido;
- O PNAER revisto mantém o nível de **ambição e de exigência** que Portugal sempre assumiu no cumprimento das metas da EU.

Evolução prevista da meta global de FER⁽¹⁾



Evolução prevista das metas e trajetórias setoriais



(1) Incorporação de fontes renováveis no consumo final bruto de energia

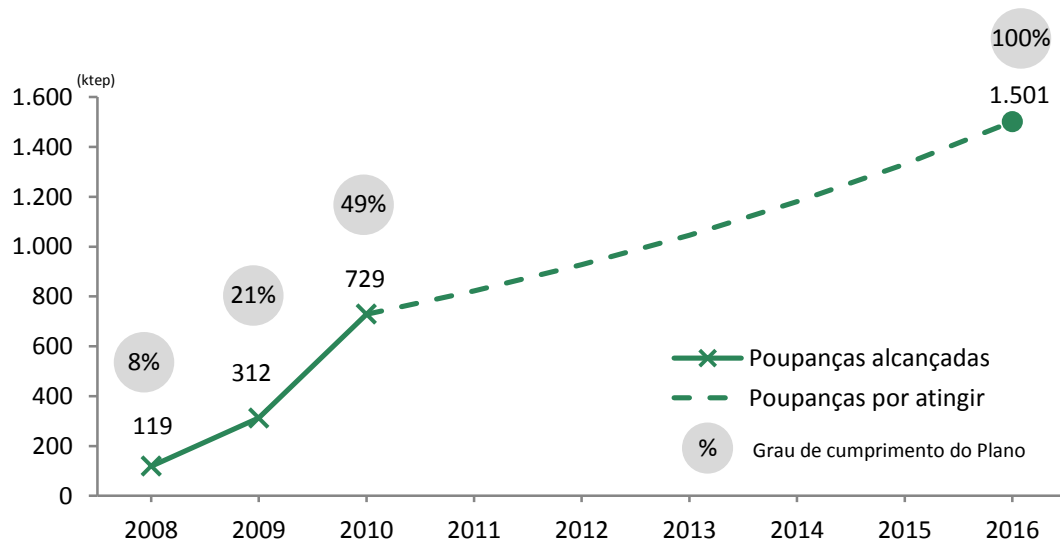
ENERGIA AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL

A revisão do PNAEE contribui para o aumento da competitividade da economia por redução dos consumos, libertando recursos para dinamizar a procura interna e novos investimentos.

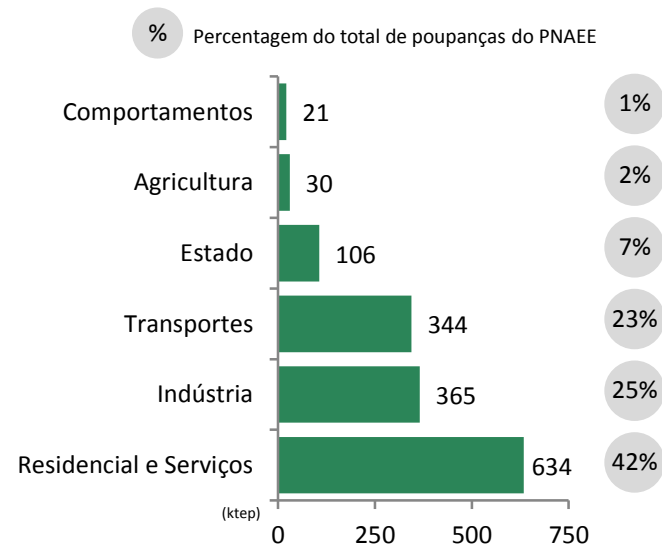
Objetivos PNAEE 2016

- **Reforço da monitorização** e acompanhamento das diversas medidas;
- **Reavaliação de medidas com investimentos elevados** e fusão de atuais medidas;
- **Lançamento de novas medidas** a partir das existentes abrangendo novos setores de atividade (ex.: Agricultura);
- Aumento da eficiência energética no setor Estado, consubstanciado pelo **programa Eco.AP**, contribuindo para a redução da despesa pública.

Evolução da poupanças do PNAEE 2016



Desagregação das poupanças dos PNAEE 2016 por setor



ENERGIA PROMOTORA DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA

Foram adotadas medidas que visam travar a tendência de crescimento dos diversos custos que oneram a fatura final de eletricidade e induzem sucessivos défices tarifários

Medidas e resultados

MEDIDA	ÂMBITO	RESULTADO GLOBAL
Licenças de CO ₂	Utilizar % das receitas dos leilões de CO ₂	Redução de custos de aprox. 3.400 M€
Cogeração	Redução da compensação e passagem a mercado	
CMEC	Redução da anuidade dos CMEC por alteração da taxa de atualização	
Garantia de Potência	Estabelecido um novo valor para a compensação	
Eólica	Compensação por parte dos operadores eólicos	
Pequena-Hídrica	Introdução de um limite máximo para as feed-in-tariff's	
Medida fiscal Espanha	Neutralização dos <i>wind-fall profits</i> dos produtores em Portugal	
Serviços de Sistema	Correção de distorções no mercado de serviços de sistema	

ENERGIA PROMOTORA DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA

As novas leis de base do Sistema Elétrico Nacional¹ e do Sistema Nacional de Gás Natural² vão de encontro ao desenvolvimento de um código da energia que reforça a segurança jurídica e a transparência no setor

Livre iniciativa na produção

- Simplificação dos procedimentos e possibilidade da venda direta em mercado
- Cria mecanismos que incentivam os produtores existentes a evoluírem para mercado

Reforço das obrigações das concessões

- Cumprimento das obrigações do operador da RNT em matéria de segurança de abastecimento e qualidade de serviço.
- Defesa do interesse público.

Regime sancionatório da ERSE

- Aplicação direta de sanções efetivas que têm um efeito dissuasor de comportamentos infratores e atentatórios da concorrência por parte dos intervenientes nos mercados regulados.

Facilitador de Mercado

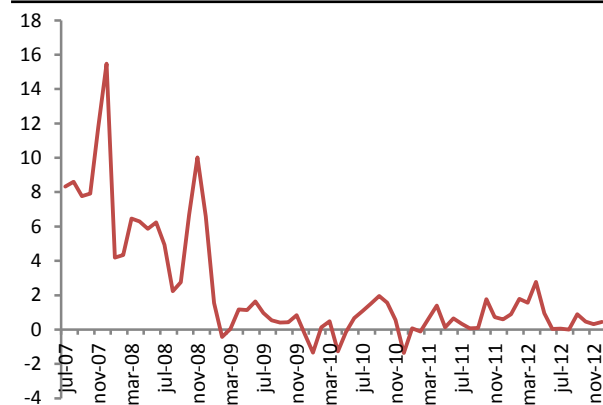
- Nova figura a ser regulamentada.
- Comercializador sujeito à obrigação de aquisição da energia produzida pelos produtores em regime especial com remuneração de mercado

ENERGIA PROMOTORA DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA

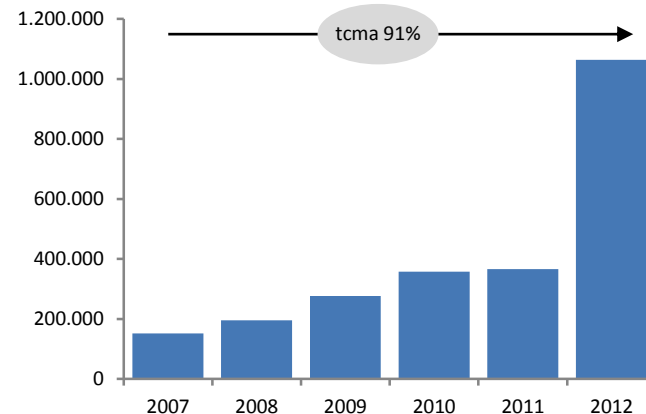
Promover a competitividade, a transparência dos preços, o bom funcionamento e a efetiva liberalização dos mercados da eletricidade e do gás natural, é um dos objetivos principais da atual politica energética

- Mercados energéticos totalmente liberalizados, altamente competitivos, com mecanismos transparentes de fixação de preços e com uma regulação estável e bem aplicada;
- Participação de empresas privadas e competitivas nos mercados energéticos, com redução das barreiras à entrada de novos *players*;
- Eliminação dos défices tarifários implica que o setor da energia não absorva capacidade de endividamento, libertando-a para outros sectores da economia;
- Empresas portuguesas no sector da energia competitivas no mercado global.

Diferencial de preço da eletricidade entre Portugal e Espanha no mercado spot (€/MWh)



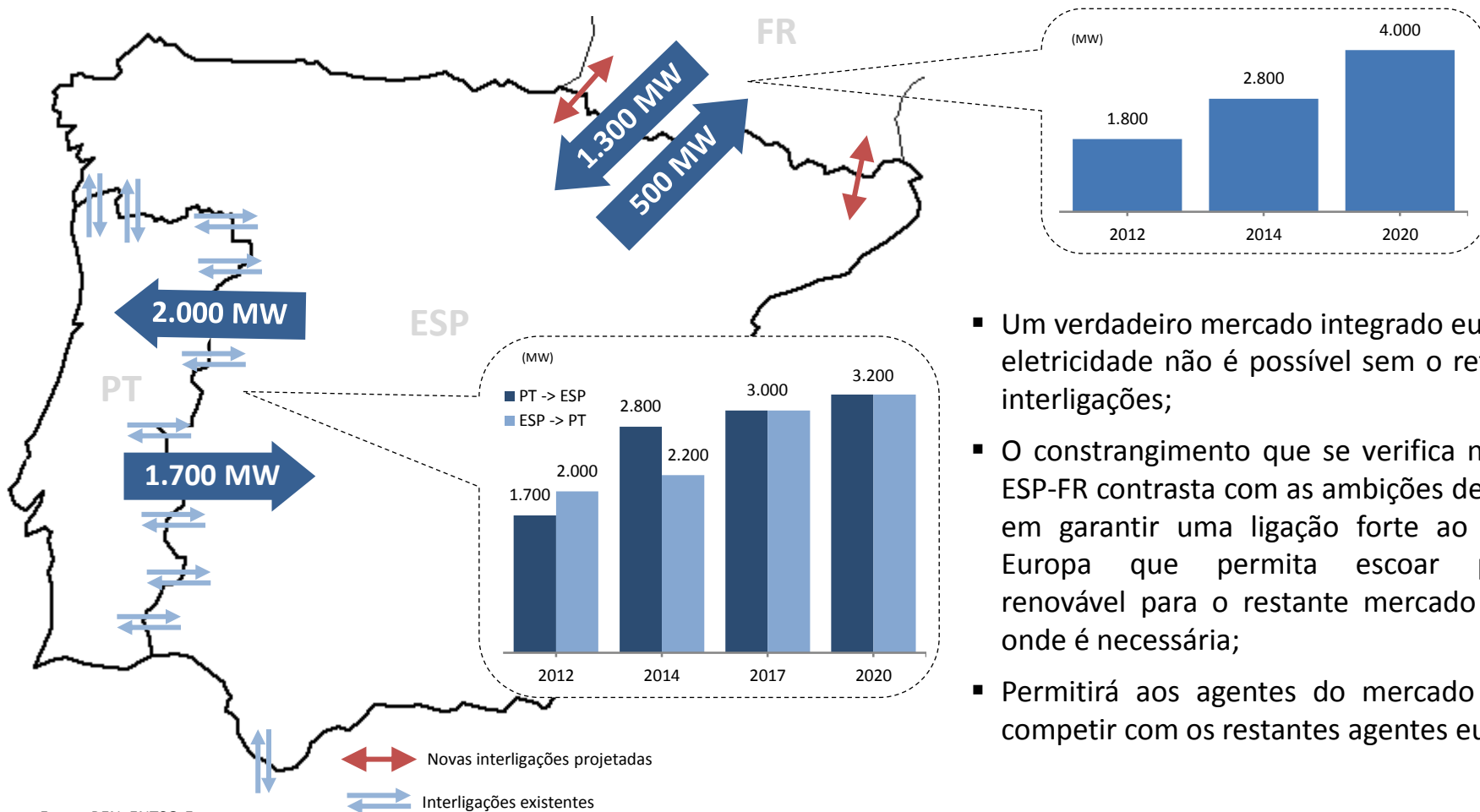
Evolução do nº de clientes em mercado livre de eletricidade



ENERGIA PROMOTORA DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA

O aumento do reforço das interligações internacionais (ESP-FR) permitirá a Portugal ter acesso ao mercado Europeu de eletricidade.

Caraterização das interligações da RNT

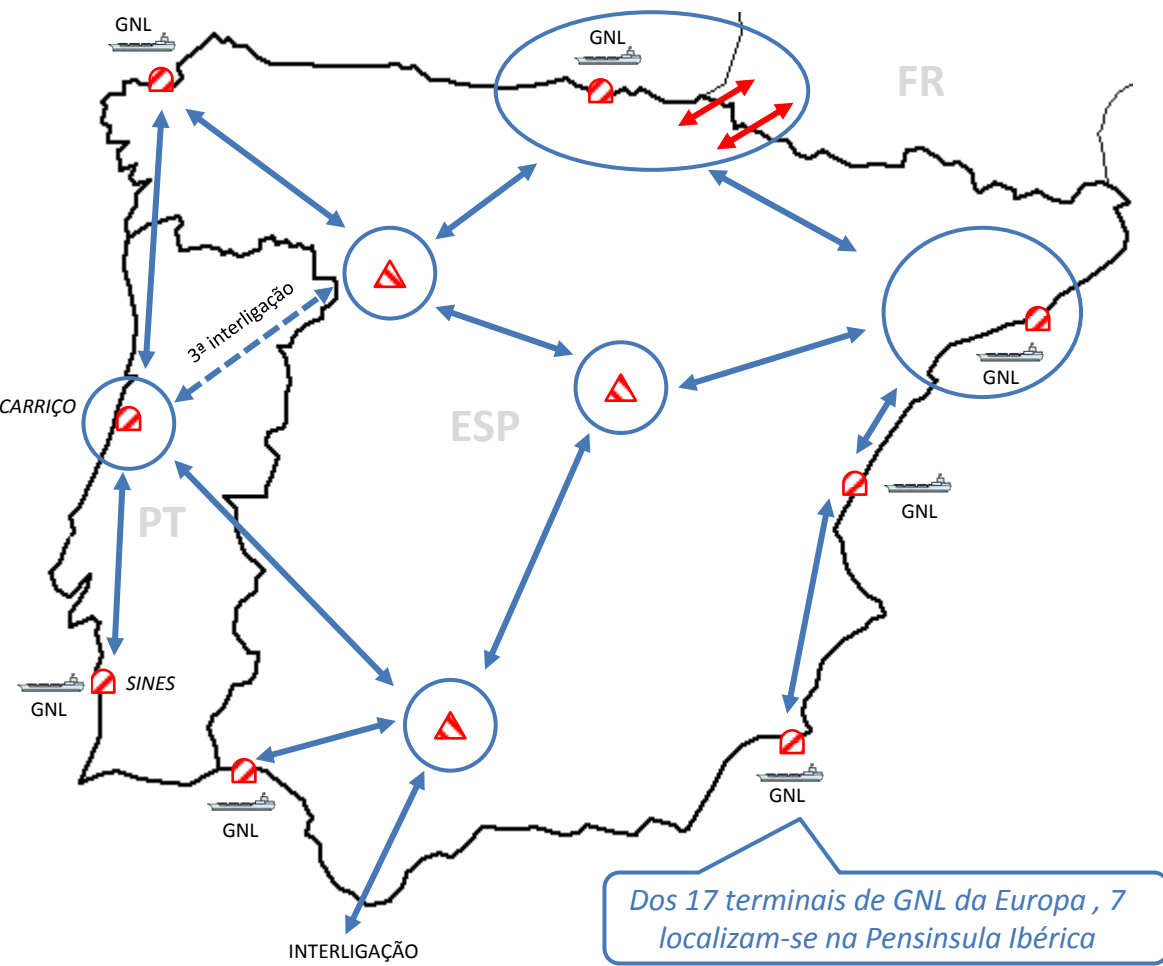


- Um verdadeiro mercado integrado europeu de eletricidade não é possível sem o reforço das interligações;
- O constrangimento que se verifica na ligação ESP-FR contrasta com as ambições de Portugal em garantir uma ligação forte ao resto da Europa que permita escoar produção renovável para o restante mercado europeu onde é necessária;
- Permitirá aos agentes do mercado nacional competir com os restantes agentes europeus.

ENERGIA PROMOTORA DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA

Portugal tem trabalhado ativamente na promoção e implementação de um verdadeiro mercado ibérico de GN, de forma a potencial a Península Ibérica como porta de entrada para o resto da Europa.

Criação do hub ibérico de gás natural



Condições que permitem uma participação ativa no mercado europeu de gás

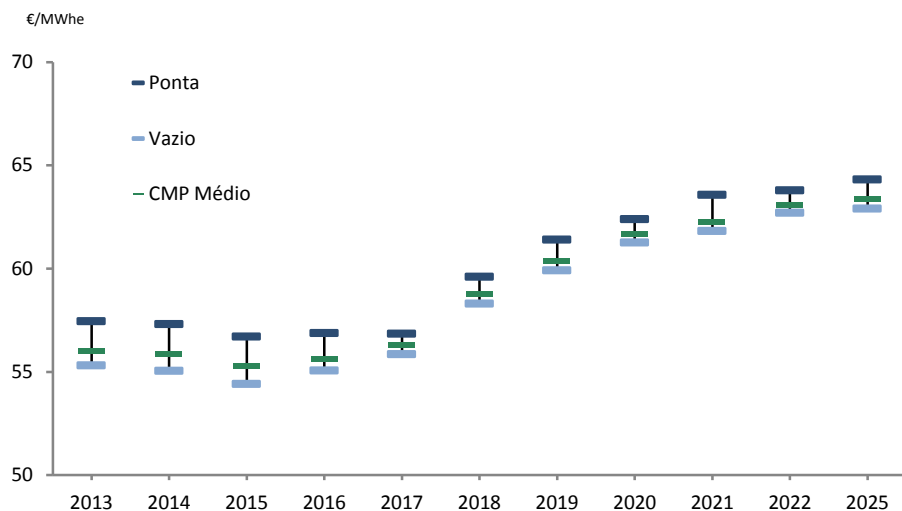
- Reforçar as interligações, garantindo a concretização da 3ª interligação com Espanha e o reforço das interligações Espanha-França.
- Reforçar capacidade de armazenamento do Carrízo para garantir capacidade de resposta à volatilidade da procura.
- Garantir competitividade das tarifas num contexto Europeu, através de:
 - Esforço de harmonização das tarifas de transporte num contexto Europeu;
 - Garantir que tarifa do Terminal de Sines é competitiva no mercado Europeu;
 - Eliminação do *Pancaking* até 2014.

ENERGIA SEGURA

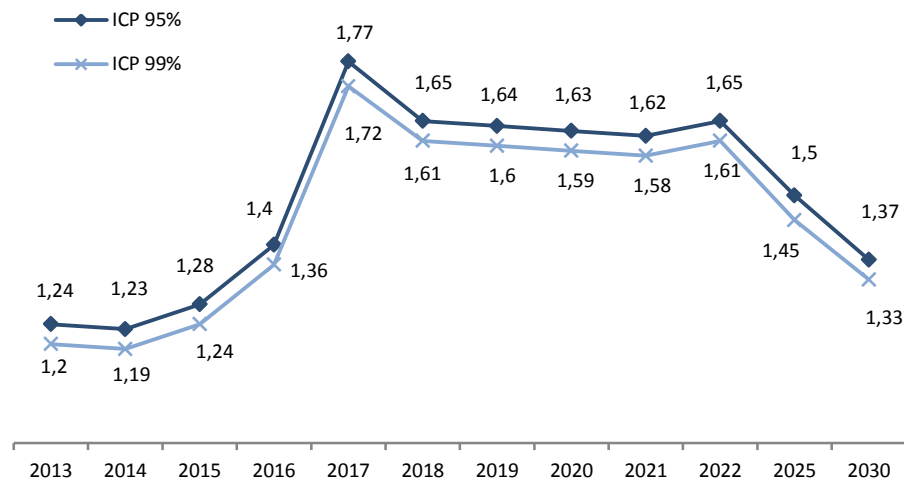
Os atuais cenários de procura traduzem e confirmam uma nova realidade para os próximos anos, determinada pelo abrandamento da economia nacional e pela redução significativa da procura de eletricidade.

- Não se perspetivam condicionantes à normal exploração da RNT, desde que a evolução do parque electroprodutor tenha em linha de conta o equilíbrio entre a localização das novas capacidades e as regiões de maior consumo;
- Monitorização constante da evolução do consumo de eletricidade, por forma a garantir que sejam acionados mecanismos adequados a promover a instalação de nova potência quando necessária;
- O reforço das interligações Ibéria-França para níveis adequados permitirá a Portugal escoar excesso de produção renovável, aproveitando o seu potencial.

Custos marginais médios anuais (ambiente MIBEL)



Índice de Cobertura probabilístico da Ponta na trajetória Base

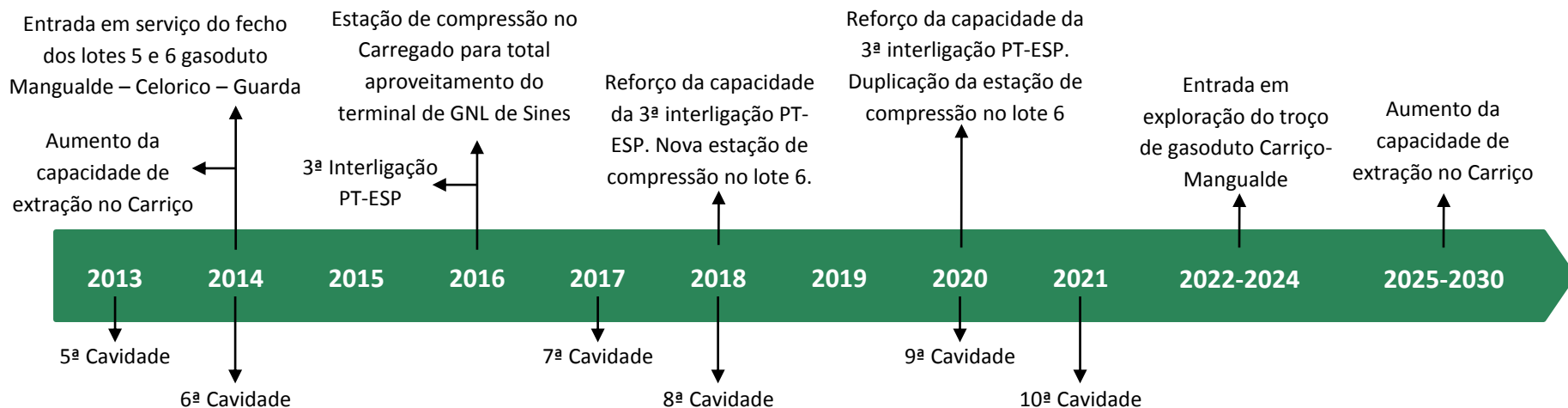


ENERGIA SEGURA

Estão previstos um conjunto de investimentos significativos no horizonte 2030, com vista a melhorar a segurança de abastecimento do SNGN

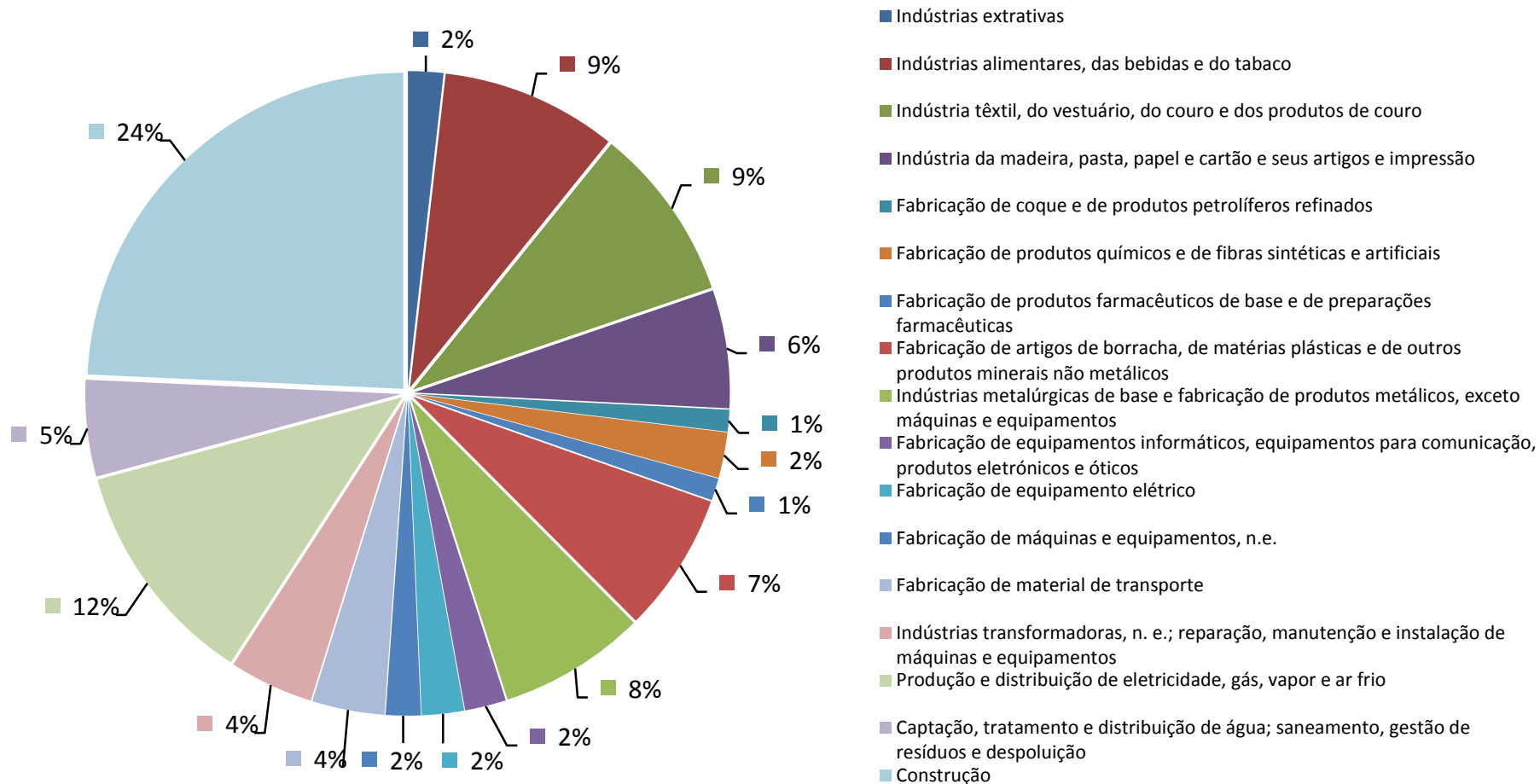
- + Capacidade de armazenamento no complexo do Carriço** (2.115 GWh ⇒ 5.923 GWh)
- + Capacidade de extração no Carriço** (85,7 GWh/dia ⇒ 171,4 GWh/dia)
- + Capacidade de regaseificação para a RNTGN no terminal Sines** (212,8 GWh/dia ⇒ 321,3 GWh/dia)
- + Capacidade de interligação** (3ª interligação com Espanha)

Cronograma de evolução da RNTIAT



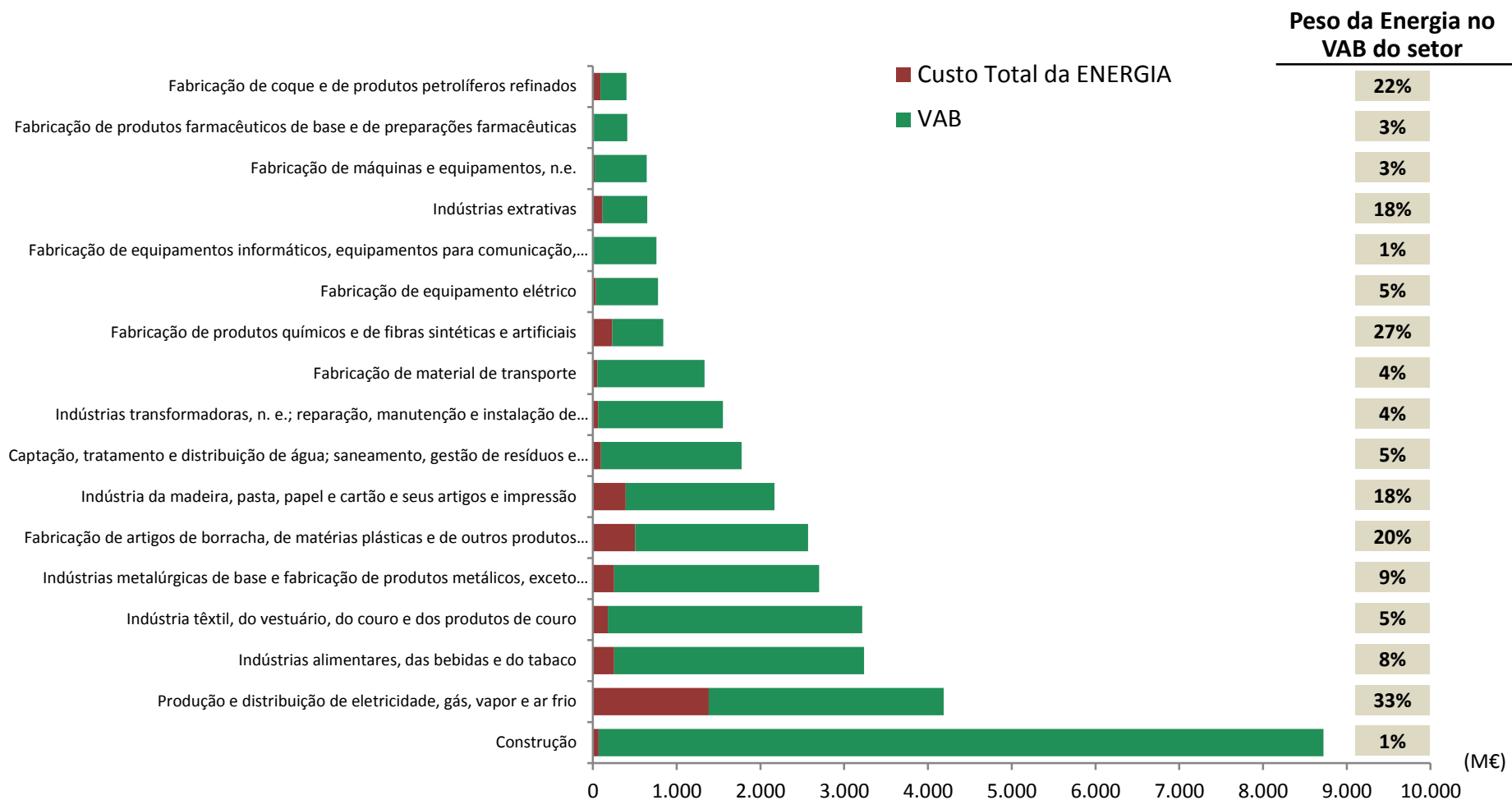
Em 2011, o VAB do setor industrial – 35.933 M€ – correspondeu a 20% do VAB total nacional, tendo decrescido 1% face a 2010

Peso do setor no VAB da Indústria em 2011



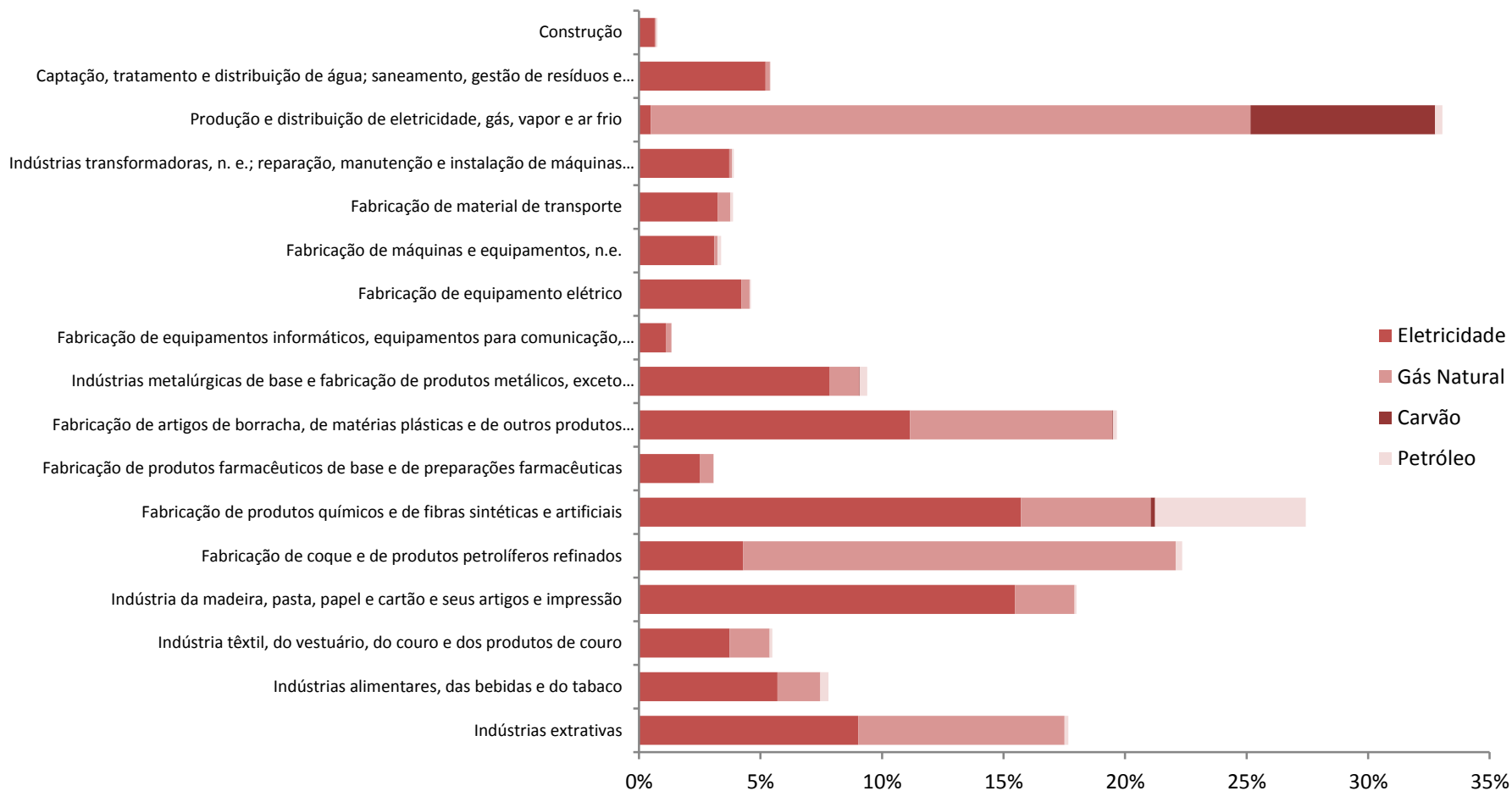
O peso da Energia no VAB varia entre os 33% e 1% consoante o setor, sendo que em média representa 10% do VAB da Indústria

Custo na Energia no VAB por setor (M€)

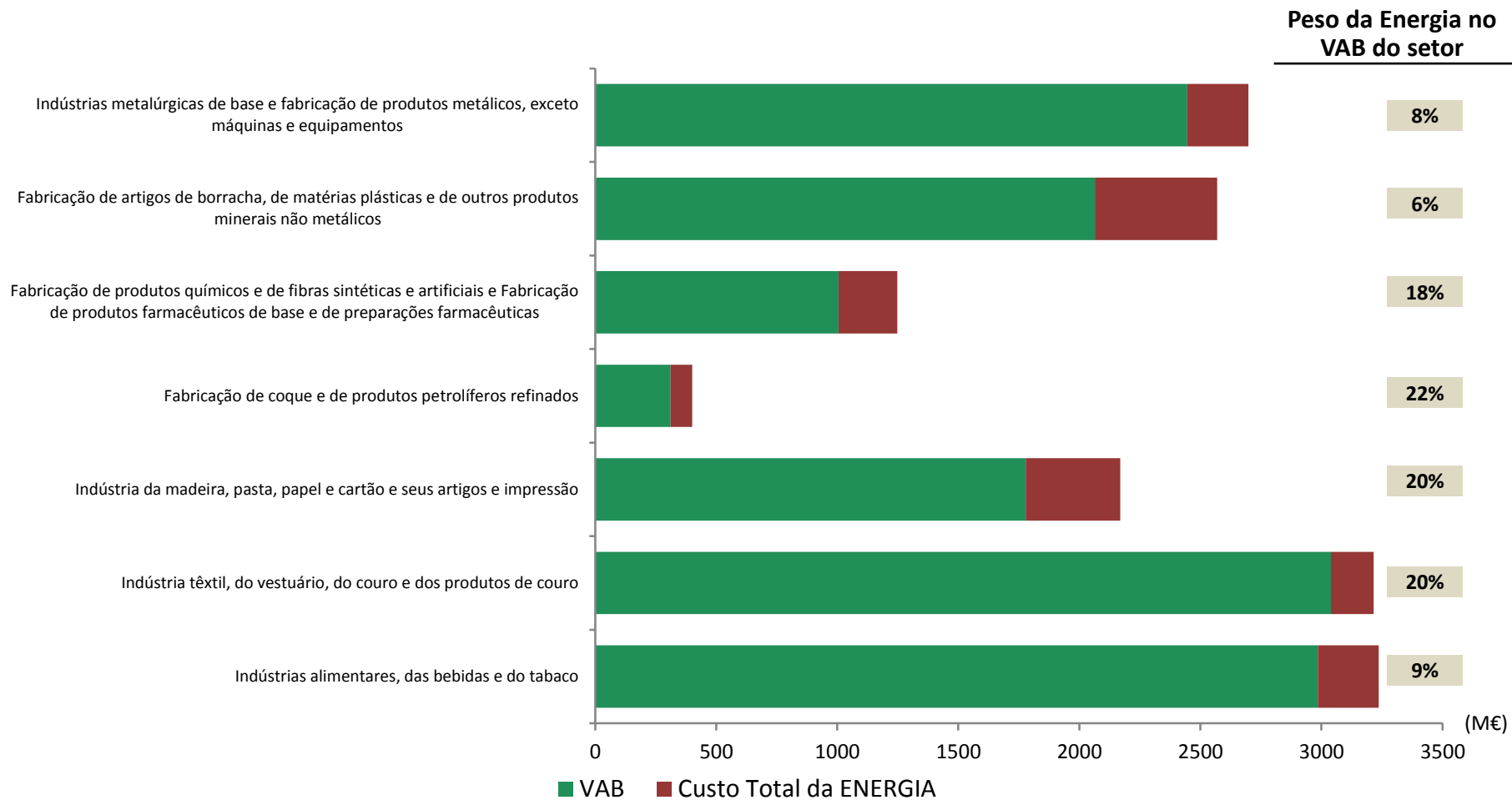


(M€)

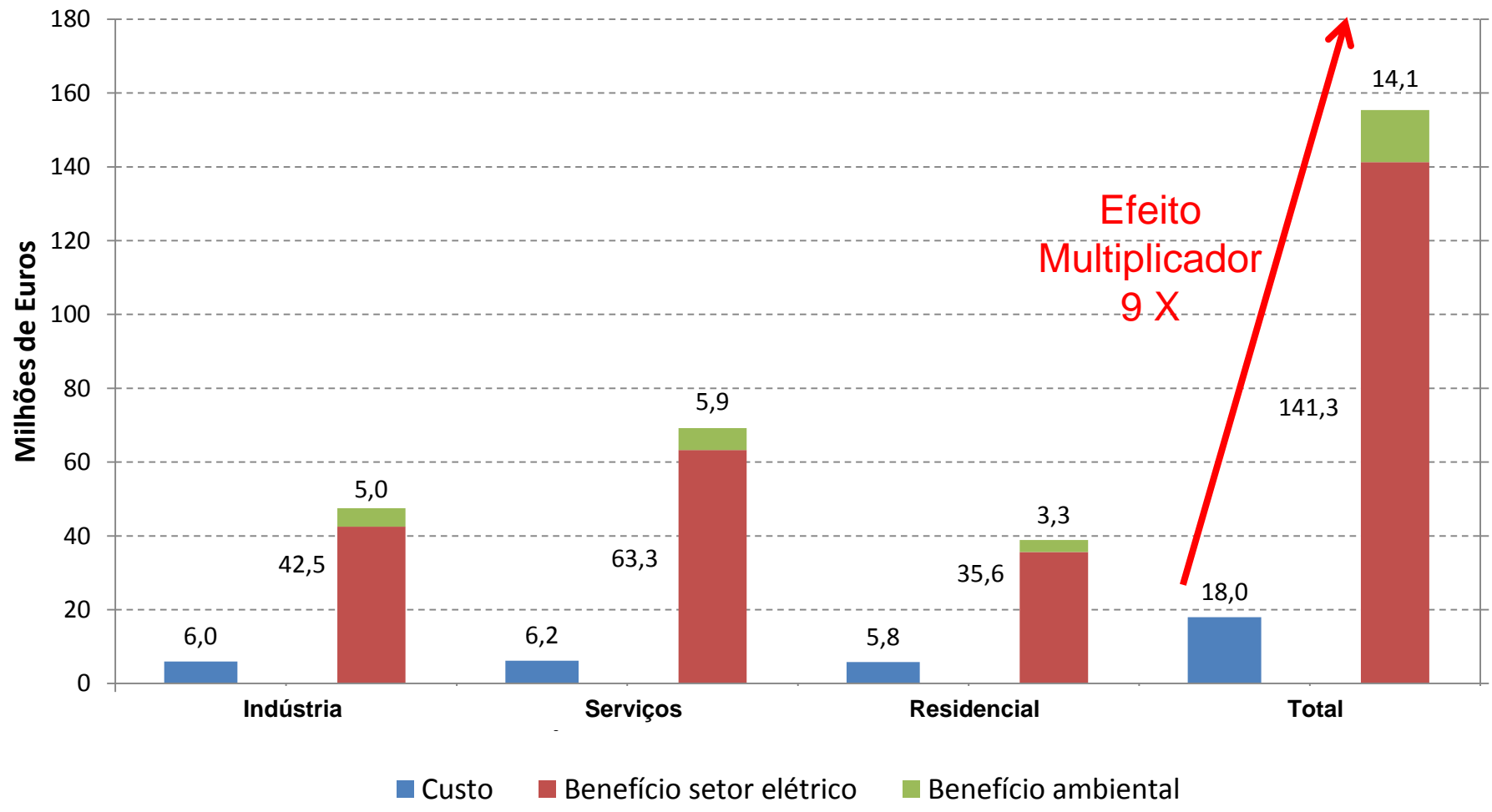
Peso do custo da energia no VAB por tipo de fonte (%)



Peso do custo na Energia no VAB no conjunto dos setores mais exportadores (M€)



PPEC: 2011 - 2012



SGCIE - 976 operadores registados

	Consumo de energia final (kgep)	VAB (€)	Indicador Específico (kgep/€)
Referência	893.373.000	4.494.330.436	0,199
Relatório de Progresso	829.556.000	4.490.029.566	0,185

Os operadores registados no Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE) representam 18% do consumo do setor Indústria

Redução de 7% da intensidade energética do VAB

Isenção de ISP: 6.740.158 €

Pedro Cabral, Diretor Geral de Energia e Geologia

www.dgeg.pt